

SERIE HISTORIA Y CIENCIAS SOCIALES

ganz1912

EL MOVIMIENTO OBRERO Y LAS IZQUIERDAS EN AMÉRICA LATINA

EXPERIENCIAS DE LUCHA, INSERCIÓN Y ORGANIZACIÓN, VOLUMEN I

EDITADO POR

HERNÁN CAMARERO

MARTÍN MANGIANTINI



Serie de Historia y Ciencias Sociales

Editor General: Greg Dawes

Editor a cargo de la serie: Carlos Aguirre

ganz1912

El movimiento obrero y las izquierdas en América Latina

**Experiencias de lucha, inserción y organización
Volumen I**

Hernán Camarero

Instituto Ravignani – CONICET / Universidad de Buenos Aires

y

Martín Mangiantini

Instituto Ravignani – CONICET / Universidad de Buenos Aires

Editorial

A **Contra** **corriente**

Raleigh, NC

© 2018 Hernán Camarero y Martín Mangiantini

Reservados todos los derechos de esta edición para: © 2018
Editorial A Contracorriente

All rights reserved for this edition for: © 2018 Editorial A
Contracorriente

ISBN: 978-0-9909191-7-9

Ninguna parte de este libro, incluido el diseño de la
cubierta, puede reproducirse sin permiso del editor.

No part of this book, including the cover, may be
reproduced without expressed permission from the editor.

Library of Congress Control Number: 2017907338

Library of Congress Cataloging-in-Publication Data: pending

ISBN-10: 0-9909191-7-X (Vol. I)

ISBN-13: 978-0-9909191-7-9 (Vol. I)

ISBN-10: 1-945234-14-8 (Vol. II)

ISBN-13: 978-1-945234-14-9 (Vol. II)

Corrección y edición por María Rodríguez y Diana Torres

Diseño de interior por Diana Torres

ganz1912

Diseño de tapa por SotHer

Imagen de cubierta “Obreros de la construcción” (1921), s/a; disponible en Memoria Chilena, colección de la Biblioteca Nacional de Chile; dominio público.

Esta obra se publica con el auspicio del Departamento de Lenguas y Literaturas Extranjeras de la Universidad Estatal de Carolina del Norte.

This work is published under the auspices of the
DEPARTMENT OF FOREIGN LANGUAGES AND
LITERATURES at NORTH CAROLINA STATE
UNIVERSITY.

Distributed by the University of North Carolina Press,
www.uncpress.org

CONTENIDO

Introducción a la obra: Un recorrido latinoamericano por la historia de las izquierdas y el movimiento obrero

Hernán Camarero

Martín Mangiantini

Los primeros anarquistas de la “región chilena”. Perfiles humanos (1893-1920).

Sergio Grez Toso

A disseminação do Anarquismo e suas estratégias políticas e sindicais entre os trabalhadores em São Paulo-Brasil (1890-1920).

Kauan Willian dos Santos

zquierdas internacionales y organizaciones de trabajadores en Uruguay (1870-1973).

Rodolfo Porrini

Socialistas, artesanos y obreros en Colombia (1909-1929).

Renán Vega Cantor

Mill Occupations and Soviets: The Mobilization of Sugar Workers in Cuba, 1917-1933¹

Barry Carr

Las corrientes de izquierda y la militancia fabril en la Argentina de entreguerras

Diego Ceruso

Izquierdas, sindicatos y militares en el bloque democrático del Ecuador de entreguerras (1925-1945).

Valeria Coronel

Por “un único y potente puño proletario” para América Latina (1936-1938): (In)flujos transnacionales

Patricio Herrera González

Sobre los autores

A DISSEMINAÇÃO DO ANARQUISMO E SUAS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS E SINDICAIS ENTRE OS TRABALHADORES EM SÃO PAULO-BRASIL (1890-1920)

Kauan Willian dos Santos

UNIFESP / CAPES

Introdução.

É possível que os exploradores consigam por algum tempo mais desviar o bom povo da acertada rota, distraí-los das suas fecundas e nobres aspirações. Isto, porém, se se der, será por breves momentos. As primeiras rajadas do grande ciclone, que há de deitar por terra as velhas e carcomidas instituições, apresentam-se com caracteres inconfundíveis. Hoje aqui, amanhã acolá, depois mais além, por todos com manifestações intermitentes, mas sucessivas [. . .]

Sanchez, A Plebe: 1917

Esse tom de esperança e ao mesmo tempo de certeza marcava, ocasionalmente, as publicações de *A Plebe*, acompanhando as manifestações de 1917 na cidade de São Paulo. Talvez essa tenha sido uma das maneiras para animar ou tentar convencer os leitores, a maioria deles trabalhadores ou marginalizados dos bairros operários da cidade, atividade que, para tais personagens em torno do jornal, representaria também uma possível oportunidade para a criação de um novo sistema, numa clara referência ideológica que os precedia, mas que levavam a cabo nesse momento. A tática também destacava a própria inserção do movimento anarquista no país, talvez tentando esconder, na realidade, que nunca foram majoritários, em expressão numérica, como pessoas. Esses personagens eram, de fato, exceções, em um período no qual as fortes influências patriarcais eram somadas à efervescência de projetos ligados ao avanço do capitalismo industrial e que marcava as rápidas transformações no cotidiano e nas formas de trabalho (Cohen, 2008).

Mas embora fossem exceções, suas táticas e estratégias apresentaram contrapontos ameaçadores às iniciativas e influências citadas. Nesse caso, mesmo que marcados por discursos providos de suposta inevitabilidade revolucionária, em um olhar mais atento, os militantes libertários em suas trajetórias, durante o período republicano, nunca deixaram de se envolver nas situações cotidianas e na vida material dos pares que os circulavam bem como na construção ou incentivo de vetores sociais e políticos para reclamar melhores condições (Campos, 1988). Essa posição refletia na escrita e nas preocupações contidas em seus jornais, de garantir ferramentas, sobre seu ideário político e ideológico particular, de transformar e combater a realidade que viviam (Toledo, 1994).

Evidentemente, para examinarmos a história da esquerda e sua relação com os trabalhadores no Brasil, precisamos levar em conta que essas foram marcadas pela presença de práticas e culturas políticas diversas, como socialistas, sindicalistas revolucionários, reformistas e anarquistas. Embora esses últimos fossem apenas uma parte, no entanto, compreender a trajetória do movimento libertário no país bem como na América Latina, é essencial para entendermos os comportamentos dessa classe. Resgatar alguns aspectos da constituição e atuação do movimento anarquista em São Paulo, uma das cidades em industrialização na passagem do século XIX para o XX, mas também marcada fortemente pelo trabalho agrícola e comercial nesse período, é o objetivo central no presente artigo.

A circulação de ideias e experiências na construção do anarquismo no final do século XIX

Entre os principais fenômenos intimamente ligados à gênese do anarquismo no país, mas em diversas outras regiões, foi a forte circulação de ideias e experiências também ligada à recepção de imigrantes europeus que, no ideário dos grupos ligados à produção agrícola e industrial, substituir, em parte, a mão de obra escravista. Muitas vezes, influenciados por uma retórica cientificista que pregava a “superioridade racial”, a escolha, por parte de diversas iniciativas governamentais

colocadas em voga desde as décadas finais do século XIX para a vinda de trabalhadores europeus, traria suposto progresso ao povo brasileiro (Trento, 1988, p. 13).

Discursos que tentavam convencer os imigrantes a viajarem com esperanças para construir uma vida melhor reverberavam na forma de propagandas em portos europeus. Esses planos, frustrados na chegada desses personagens, logo revelavam algumas causas reais do evento: a falta de condições básicas de uma grande população em potencial avanço na Europa e a necessidade de um novo tipo de mão-de-obra para garantir o sucesso dos detentores da produção. Nesse fluxo intenso “pouco após a Abolição, em 1892, foram 92 mil os imigrantes que chegaram no Estado, número que, inserido entre os anos de 1880 e 1920, resultou em 1,5 milhões” (Siqueira, 2008, p. 12).

A República, proclamada em 1889, recém-saída de um sistema fortemente ancorado no escravismo, se conectava aos ascendentes da produção cafeeira e industrial que começava a deter grande poder político (Carone, 1972, pp. 153-159). Aglutinados em regiões fortes na concentração dessa economia, como São Paulo, atraíam uma grande população de trabalhadores, majoritariamente composta por tais imigrantes, mas também com a presença da população nativa, junção que marcava a especificidade na identidade na formação da classe trabalhadora na cidade.

No começo do século XX, as áreas rurais ainda representavam a grande maioria da concentração desses trabalhadores (Welch, 2010, pp. 47-51). Não obstante, o avanço industrial, atrelado à grande recepção de pessoas nesses ambientes, resultava o rápido crescimento dos centros urbanos.

A construção de bairros operários e das habitações populares, próximos às áreas férreas como Água Branca, Barra funda, Brás, Bom Retiro e Luz ou próximos aos rios, como Pari, Belenzinho, Penha e Mooca, foi um processo marcado por uma clara distinção social em relação a outras regiões de moradia, como Higienópolis, no qual se concentravam a população com maiores rendimentos (Godoy, 2013, p. 73). As classes proletárias e subalternas sofriam com as condições precárias de moradia e trabalho, acompanhados por mecanismos repressivos por parte das autoridades e pela exclusão das decisões do desenvolvimento político institucional, que barravam as tentativas de transformação dessas contradições.

Como apontado, nesse período, a disseminação de livros, panfletos, símbolos e a circularidade de personagens orientados pelo socialismo ou por práticas mutualistas, assinalavam a presença em diversas partes do país (Biondi, 2011). Na capital paulista, tais condições, forneceram elementos para a aparição e proliferação dos ideários anarquistas. O grupo em torno do jornal L'asino Humano, por exemplo, deixava sua presença atuante no Centro Socialista Internazionale, em atividade desde 1893, que agregava a participação de socialistas com ramificações políticas diversas. Um dos primeiros periódicos de aproximação aos ideais libertários na cidade, o Gli Schiavi Bianchi, publicado desde 1892, conseguiu tiragens consideráveis e a consequente atenção dos aparatos repressivos do Estado. De acordo com a autora Claudia Leal, a preocupação das autoridades com a publicação do periódico, além do medo da “anarquia” assombrando outros países desde XIX e consequentemente alertando a polícia de diversos destes, poderia ser derivada também da recepção de suas críticas dirigidas às situações degradantes que os trabalhadores, no

campo e na cidade, passavam ao se estabelecer no Brasil. Para a autora,

Como sugere o título do jornal—os escravos brancos—, o objetivo do seminário era atender a colônia de imigrantes italianos, “os escravos brancos” trazidos para substituir os escravos recém libertos. A própria comparação da condição entre os trabalhadores europeus livres e vindos voluntariamente para o Brasil e os africanos sequestrados de sua terra natal e submetidos ao trabalho compulsório já adiantava o tom de denúncia que o jornal propunha veicular. (Leal, 2006, p. 174)

Além disso, o jornal possuía redes de correspondência internacionais, estabelecendo contato com grupos e outros periódicos anarquistas de outras cidades, como Nova York e Buenos Aires, figurando o internacionalismo prático dos grupos anarquistas. No entanto, para Clayton Godoy, essas primeiras experiências da presença anarquista na cidade, apesar de já contarem com articulações internacionais, estavam ancoradas através de associações étnicas, principalmente de regiões italianas. Desse modo, para o autor, os ativistas anarquistas tinham redes de contato bem definidas, mas falharam em desenvolver uma atuação mais coerente com os problemas locais (Godoy, 2013, pp. 80-132).

Embora estivessem marcados por essa tendência, as associações de caráter étnico não eram uma particularidade do movimento anarquista. Para o historiador Luigi Biondi, algumas sociedades de socorro mútuo, ligas sindicais e grupos políticos comumente se associavam com membros que se reconheciam através de locais de origem ou língua comum.

Alguns bairros tinham uma presença marcante e até esmagadoramente maior de imigrantes, que por sua vez, se viam isolados, juntamente com boa parte da população, da política institucional, e nesse sentido, tal tendência facilitava os processos de organização política e sindical, em um primeiro momento (Biondi, 2011). De fato, em outros casos, esse ideário pode ter emperrado movimentos de resistência mais amplos, levando em conta a heterogeneidade do composto dos trabalhadores em outras regiões. No entanto, tal caráter não necessariamente excluía outras tipos associações, como de ofício, contando com uma forte interpretação de resistência classista, tendência que será reforçada nas próximas décadas, na cidade, acompanhando as estratégias anarquistas.

Por isso, mesmo que os fenômenos migratórios fossem importantes para a disseminação do anarquismo na cidade, esses por si só não garantiram o sucesso de sua empreitada. Nesse movimento, a partir do século XX, o crescimento das cidades, as próprias condições impostas a uma população em potencial avanço em numérico, a condição de vida dos trabalhadores, a migração interna dos campos para a cidade e a circulação de reclamações, através de instrumentos comunicacionais como a imprensa e outros, resultaram na intensificação das formas associativas e de resistência política englobando o conjunto desses trabalhadores que começavam a vivenciar experiências comuns, agregando e usando em seu favor culturas políticas como o anarquismo.

Para compreendermos esse processo, o autor Mike Savage afirma que é necessário dosarmos com ponderação as contribuições dos estudos marxistas clássicos, que visavam o estudo das transformações econômicas, com as pontuações dos

estudos que versam sobre a constituição do processo de trabalho em si (como os weberianos), além daqueles que pontuam as atividades culturais das classes subalternas. Nesse sentido, visando alargar o conceito de caracterização da classe operária e conseqüentemente os seus comportamentos, entre eles os políticos, o autor propõe a observação sobre os fatores gerais e particulares que circulam sobre a insegurança estrutural vivida pelos personagens analisados, uma que vez que

Na sociedade capitalista, a retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores significa estrangê-los a acharem estratégias para lidar com a agudeza da vida diária, que deriva de seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma e sem o apelo de outras agências. Essa formulação nos possibilita reconhecer certas pressões estruturais sobre a vida operária, embora também pontue a urgência de examinarmos a enorme variedade de táticas que os trabalhadores podem escolher para cuidar de seus problemas. (Savage, 2004, p. 33)

Ou seja, não são propriamente os fatores econômicos ou macro sociais gerando comportamentos quase automáticos, mas não ignorando totalmente estes, como grupos ou indivíduos interpretaram momentos de insegurança vivenciada por uma rede social que, em diversos casos, proporcionaram estratégias para tencionar seus problemas.

As orientações fornecidas pelo autor, elucidam os motivos da mudança de rumos que o movimento anarquista daria na cidade, penetrando, de forma considerável, entre o gradiente de orientações étnicas e culturais presentes na classe proletária na

cidade de São Paulo. Entre eles estavam o português Neno Vasco, os italianos Oresti Ristori, Giulio Soreli, Gigi Damiani, Luigi Magrassi, Angêlo Bandoni, Alessandro Cerchiai e também outros nascidos no país como Benjamin Mota, Edgard Leuenroth, Isabel Cerruti e João Crispim. Tais militantes participaram das atividades de reivindicação na cidade, denunciando a exploração da mão-de-obra nas fábricas e fazendas e incentivando a organização sobre o espectro da ação direta, estabelecendo conexões entre diversas associações como São Paulo e Rio de Janeiro e outras partes do mundo, como Argentina, Itália e Portugal (Toledo; Biondi, 2010, pp. 389-416). Arelado a essa tendência, a partir de 1900, uma grande onda de grupos anarquistas como Filhos da Era Anarquista, Centro Feminino Jovens Idealistas, Filodramático Libertário, Nuova Civiltá, La propaganda, Pensiere e Azione e um número crescente de periódicos em torno desses como Grito do Povo, Palestra Social, A Lanterna, Germinal, La Nuova Gente, O Amigo do Povo, O Livre Pensador, La Battaglia, Azione Anarchica, expandiam suas atividades consideravelmente, sendo pragmáticos e assíduos em sua atuação.

O anarquismo e suas estratégias políticas e sindicais nas primeiras décadas do século XX.

Após o colapso da Primeira Internacional, o anarquismo, que tinha uma relação íntima com as estratégias sindicalistas, sofreu sua primeira mutação. Acompanhando a própria

construção do anarquismo em forma global, essa estratégia, que pode ser observada entre alguns desses militantes, foi a chamada antiorganizacionista. Não rompendo completamente com os ideários étnicos, mas apresentando considerável inserção nos movimentos trabalhistas e subalternos, essa forma de luta, que confrontava a tática sindicalista, circulava entre os ativistas redatores do difuso periódico *La Battaglia*. Para o grupo em torno desse,

O sindicalismo nada tem de comum com o anarquismo, ou melhor, tem demais: o caráter efetivo de ação do sindicalismo é a negação do anarquismo. [. . .] O partidão sindicalista é uma vasta armadilha em que foram colocados os princípios fundamentais do socialismo e da anarquia para enjaular o elemento proletário e lança-lo em seguida à gloriosa conquista do sagrado aumento de dois vinténs para o dia de trabalho. (*La Barricata*, 1913, em Toledo, 1994, p. 32)

Esses acreditavam no caráter reformista ou supostamente ilusório dos sindicatos, que ao se cristalizarem ou ao proporem ganhos materiais, emperrariam a insurreição efetiva e a quebra com o sistema econômico capitalista. Em resposta criavam grupos de ativismo não hierárquicos, incentivavam paralisações nas fábricas e manifestações coletivas momentâneas atreladas aos grupos de propaganda, as táticas educacionais e os boicotes sistemáticos nos ambientes trabalhistas, como principais elementos.

O principal jornal que pregava essas táticas e estratégia, o *La Battaglia*, começava a ser redigido em 1904, escrito em língua italiana, que chegou a oferecer uma tiragem de cinco mil exemplares, número surpreendente para qualquer jornal do

período. Sua empreitada, também tentava articular e mobilizar a população rural para se revestirem contra os graves problemas das condições que se encontravam (Leal, 1999, p. 47). Assim, dentro de uma tradição que, de forma prática e teórica, também incluía e se desenvolvia entre os camponeses, esses anarquistas tencionavam a suposta imobilidade destes, atribuída por outros grupos políticos. Mesmo difícil de implementar boicotes e greves nesses ambientes, assim como realizar a propaganda, militantes noticiavam e inflamavam reivindicações.¹

Devido sua grande recepção na comunidade de origem italiana, foi inevitável que alguns personagens, em torno deste periódico, ainda tivessem recostos das uniões e ideários étnicos. Nesse aspecto, ao tentar comparar, por vezes, os processos reivindicatórios dos lugares de origem para sua situação local, anexavam discursos de segregação, julgando a população nativa como passiva, assim como a rede política institucional do Brasil atrofiada ou retrógrada (Biondi, 1994).

Esse é um caso de como esse tipo de associação, apontado anteriormente, apesar de contribuir com a rápida disseminação de projetos políticos dentro de grandes grupos imigrantes, em contrapartida, algumas vezes, dificultava a implementação efetiva destes entre trabalhadores nativos criando empecilhos para uma ação conjunta. Embora, como citado, muitas vezes, associações e intenções militantes misturassem os elementos de classes e etnias, estabelecendo muitas mediações entre estes. Dessa maneira, essas posições, que de forma alguma foram consonantes, já que essa não era uma posição única do jornal, uma vez que a constituição dos nacionalismos também não foi, não anulam por completo a relevância de tais personagens nos

movimentos contestatórios, que garantiram formas específicas de resistências.

De acordo com Claudia Baeta Leal, tal grupo participou ativamente nos movimentos que envolviam os trabalhadores, inclusive com papel determinante no seu cuidado especial sobre as áreas rurais. Além disso, sua afinidade ética não abarcava todos os imigrantes italianos, muito menos aqueles provindos das classes médias, que tinham resistência às ideias revolucionárias por tenderem manter suas respectivas posições sociais. Sua escolha e posição sistemática entre os trabalhadores subalternos, operários e camponeses revela, por vezes, muito mais “uma estratégia de luta[sic]” (Leal, 1999, p. 42) do que um ideário étnico inconsciente.

Nesse sentido, a escolha da associação fora do espectro sindical, as campanhas incisivas contra as autoridades contestando formas arbitrárias de governabilidade e o emprego de boicotes tentando mobilizar a população aos abusos no ambiente de trabalho também refletiam a posição do toscano Oreste Ristori, um dos seus principais redatores. O militante havia chegado ao Brasil em 1904, depois de sua passagem na Argentina e Uruguai. Na sua trajetória, que teve início nas regiões toscanas da Itália na década de 1880, aderiu diversas práticas insurrecionais e ligou-se a personagens de orientação individualista, incluindo, em suas estratégias, atentados e roubos, motivo pelo qual foi detido e encarcerado diversas vezes, inclusive em regiões destinadas aos exílios. Também ficou conhecido pelas autoridades e pelas redes militantes como agitador de diversas manifestações, participando de grupos com diversidades ideológicas, como republicanos, anarquistas, socialistas e radicais em geral. Não obstante, pela sua intensa

circularidade, obteve contato com anarquistas de forte influência dos movimentos trabalhistas como Luigi Fabbri, defensor das táticas sindicais e da organização específica anarquista, estabelecendo contato, já na metade da década de 1890, com o jornal *L'agitazione* de Ancona, que defendia posições próximas de Errico Malatesta em sua fase organizadora (Romani, 1998, pp. 17-47). Sem desconhecer, portanto, os debates anarquistas dentro dos sindicatos, no entanto, Ristori preferia optar pelas táticas antiorganizacionistas e propagandísticas em grupos não solidificados, acreditando alcançar, de sua maneira, uma sociedade autogerida, mesma posição encontrada em outros grupos que também teve contato posteriormente como o jornal *L'Avvenire* de Buenos Aires. Isso não significa que tenha aderido por completo o conjunto de ideias radicais difusas, antes, nesse momento, que definiria muito de suas posições no futuro, estava convicto do suposto caráter reformista do sindicato, mas apresentava outras técnicas e propostas que gravitavam na cultura política anarquista para adentrar nos movimentos dos trabalhadores e dos grupos subalternos.

Todavia, no início do século XX, uma outra estratégia começava a ser levada a cabo na cidade, que foi majoritária entre os anarquistas, inclusive também em plano internacional. A tática era a organizacionista e gravitava em torno do periódico *O Amigo do Povo*. A partir de 1902, esse era o primeiro jornal anarquista em língua portuguesa com regularidade considerável que estimulava os movimentos classistas e às associações de caráter sindical. Seus principais redatores, envolvidos também com atividades educativas, através dos anos, assumia sua clara tática de organização, ligados à defesa do sindicalismo de orientação revolucionária e

com a preocupação deste em aderir tradições combativas na cidade (Samis, 2009, pp. 89-95). Para os militantes do periódico, a organização com vias revolucionárias pela ação direta (fora do espectro parlamentar) e a luta de ganhos materiais pelos movimentos sociais existentes estariam imbricados, e a associação prática seria o resultado dessa junção. Nesse caso,

Devemos . . . favorecer todas as lutas por liberdades parciais: na luta aprende-se a lutar e quem começa a saborear um pouco de liberdade acaba por querê-la toda. Estejamos sempre com o povo, procuremos ao menos que pretenda alguma coisa e que esse pouco ou muito que queira, o queira conquistar por si mesmo [. . .]. Contra o governo, que tem exércitos e polícias, não se faz guerra de argumentos, que o não convencem: a luta é toda física, material. (O Amigo do Povo, 1902, em Oliveira, 2001, p. 33)

Desse modo, se as ligações étnicas e a disseminação de movimentos exteriores eram inegáveis tendências, esse fato não cancelou por completo a recepção desses ideários por movimentos já existentes ou por embates constituídos anos anteriores. O historiador Marcelo Badaró Mattos, afirma, no caso específico do Rio de Janeiro, não foram raros os casos de indivíduos, ligados anteriormente aos movimentos abolicionistas ou republicanos, se juntassem na construção dos organismos trabalhistas de revelo, inclusive de intenção socialista ou revolucionária. Para o autor,

[Os] trabalhadores assalariados, que compartilhavam espaços de trabalho e de vida urbana com os escravizados, atuaram coletiva e organizadamente pela sua libertação, demonstrando

que este tipo de solidariedade na luta pela liberdade era parte do arsenal de valores da nova classe em formação. Tipógrafos abolicionistas, tipógrafos republicanos, tipógrafos socialistas [. . .]. Tais trajetórias e seus cruzamentos foram possíveis porque trabalhadores escravizados e livres partilharam formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe. (Mattos, 2009, pp. 61-64)

É evidente que no Rio de Janeiro a demanda de ex-escravos foi particularmente maior, no entanto, tais sugestões podem evidenciar que o movimento sindical e suas respectivas orientações políticas em seu interior não eram algo exógenos ou estanques da realidade dos movimentos sociais no Brasil. Mesmo movimento se deu na construção dos veículos de divulgação dessas ideias e comportamentos como no caso do Amigo do Povo, aglutinando personagens de diversas escalas regionais, nascidos no país e imigrantes, almejando exercer suas atividades aos movimentos já existentes e tentando articular associações que foram formadas antes do início de suas publicações.

Com o crescimento das associações sindicais e da imprensa operária, dessa maneira, oferecendo condições favoráveis, e acompanhando uma tendência global, os anarquistas que contavam com as estratégias organizadoras ganhavam seu espaço. Embora na cidade, especificamente, debates acalorados pairavam sobre as formas de atuação dos libertários frente ao sindicalismo (Toledo, 2004, p. 298). Esse grupo, ainda com fortes ligações internacionais, tentava mostrar que o anarquismo não era uma um movimento estanque da realidade

brasileira, ou fruto da vinda de “estrangeiros incorrigíveis ou perigosos”, como algumas autoridades e outros periódicos ligados aos grupos mais abastados defendiam (Samis, 2009, p. 106).

Dessa posição, um dos militantes de destaque foi Gregório Nazianzeno de Vasconcelos, nome verdadeiro de Neno Vasco. Nascido em Portugal no ano de 1878, foi, com oito anos de idade, para São Paulo com sua família. Voltou para seu país de origem para concluir seus estudos como bacharel em direito. Após isso, em 1900, começou a se envolver com atividades militantes denunciando as arbitrariedades da polícia e a escrever em diversos periódicos, entre eles os republicanos. Com seu retorno a São Paulo em 1901, firma seu contato com militantes anarquistas e estabelece íntimas relações com o movimento operário da cidade. Daí em diante, Vasco passou a apoiar o sindicalismo como tática importante entre os anarquistas para a construção de uma nova sociedade (Samis, 2009). Vasco escreve em sua obra:

Se procurarmos, não as origens filosóficas do ideal anarquista, nem a filiação do sentimento libertário nas revoltas e aspirações populares do passado – porque isso perde-se vagamente na noite dos tempos – mas sim no aparecimento dum movimento anarquista definido, do anarquismo operário com todas as características essenciais que tem hoje, vamos encontrá-lo sindicalista antes do termo, no seio da Internacional e das associações internacionais que Bakunin foi o principal inspirador. (Vasco, 1984, p. 75)

Como tática indispensável, o anarquismo deveria, para o militante, estabelecer formas de organização interna entre os

grupos, mas, ao mesmo tempo, se associar com as entidades trabalhistas a fim de congregá-los contra as contradições do sistema social que estavam.

A militância anarquista nos bastidores do sindicalismo revolucionário e nas reivindicações operárias.

Mesmo com estratégias diversas, principalmente sobre a questão do sindicalismo e as formas de atuação neste, as trajetórias analisadas mostram que não podemos separar esses ativistas em correntes ideológicas separadas. Apresentando nuances em suas formas de atuação, os anarquistas, no geral, mantiveram estreita relação e tentavam manter aspectos ideológicos comuns por meio de debates, campanhas e até mesmo a escrita de um jornal para o outro, fazendo circular intensamente as próprias táticas e estratégias entre os grupos. O próprio Ristori definiu seu jornal aberto a todas as tendências táticas, sendo um polo catalisador de várias iniciativas derivadas do movimento libertário na cidade. Do mesmo modo, O Amigo do Povo, recebia os debates e orientações de militantes ligados a táticas divergentes, como Angêlo Bandoni, Giulio Sorelli e o próprio Oresti Ristori (Samis, 2009, p. 96).

É possível perceber a flexibilidade dos militantes que atuavam em jornais e grupos diversos. Houve a existência de

personagens que mantiveram relações estáveis com seus principais grupos de afinidades ou posições mais ou menos fixas, mas também existia uma poderosa mobilidade nas construções e desconstruções dos grupos libertários e na utilização de seus métodos sociais e políticos (Oliveira, 2001, p. 51). Os militantes libertários assíduos se reconheciam dentro de uma mesma família política, esta que, por sua vez, não se constitui apenas de táticas, mas também de símbolos, festas, ideários e, não obstante, pela tensão de estratégias diversas, que davam potência para a disseminação da cultura política anarquista.

Do mesmo modo, muitos desses ativistas, mesmo divergindo, em seus discursos, sobre a posição do sindicalismo e seus usos, atuavam, com suas respectivas posturas, em importantes organismos trabalhistas. Esse caráter foi demonstrado na construção da COB (Confederação Operária Brasileira), iniciativa altercada no Primeiro Congresso Operário Nacional, principalmente pela experiência das associações sindicais do Rio de Janeiro, entre eles a FORJ (Federação Operário do Rio de Janeiro), herdeira da Federação Operária Regional (Samis, 2009, pp. 113-119). A COB, com limitações para se constituir nacionalmente, se esforçava para coordenar e ligar as associações trabalhistas de várias regiões do Brasil, como São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Ceará e Pernambuco. Para a autora Edilene Toledo, a confederação “era formada por federações nacionais de indústria ou de ofício, uniões locais e estaduais de sindicatos, sindicatos isolados em locais onde não existiam federações ou de indústrias e ofícios não federados”(Toledo, 2013, p. 14).

Estiveram presentes no congresso quarenta e três delegados representando vinte e oito associações que apresentavam, no seu interior político, ativistas de orientações diversas, entre esses reformistas, socialistas e também muitos sindicalistas que se reivindicavam pragmáticos. Igualmente, não é difícil perceber a forte movimentação de personagens com clara posição libertária. Representando São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, estavam presentes Edgard Leuenroth, Astrojildo Pereira, João Crispim, Luigi Magrassi, Giulio Sorelli, Motta Assunção e outros, exercendo posições relevantes como organizadores (Samis, 2009, pp. 114-116). A confederação encaminhava a luta material dos trabalhadores e também, dessa maneira, estreitava as ligações de militantes no interior de famílias políticas, como os anarquistas de diversas regiões que almejavam dar potência, com o passar do tempo, para oportunidades revolucionárias. Essa mesma sombra da atividade anarquista pairava sobre as publicações do jornal *A Voz do Trabalhador*, escolhido como porta-voz desse organismo.

Os antiorganizacionistas anarquistas, mesmo céticos à entidades pragmáticas, acompanharam as decisões e caminhos tomados, do contrário, não seria possível a formulação de duras críticas encontradas nas palavras de Oresti Ristori em *La Battaglia* sobre o referido congresso. Inconsequentemente, os aderentes dessa estratégia deixavam seus rastros, mesmo minoritários, e igualmente, absorviam práticas e intenções para sua bagagem militante. Pois Ristori, nesse momento, não negava

sistematicamente às greves parciais enquanto forma de luta de uma ou mais categorias. Em muitos casos, além de abrir

espaço a cada edição, para o acompanhamento dos movimentos grevistas em andamento, envolvia-se diretamente em sua articulação e difusão. O próprio Oreste viajou várias vezes ao interior, particularmente a Santos, entre maio e junho de 1907, participando ativamente da organização da greve geral pela jornada de oito horas. (Romani, 1998, p. 158)

Nas resoluções da COB, o projeto articulado e discutido por variadas redes militantes, parecia encaixar perfeitamente em uma tendência levado adiante e tencionado por diversos anarquistas no período. Longe de defender um vínculo explícito com a ideologia anarquista, a maioria dos ativistas presentes defendiam a ideia de um sindicato livre de conceitos partidários, com clara posição de ação direta, autogestão e federalismo, muito parecida com as resoluções da CGT (Confédération générale du travail) na França (Samis, 2009, p. 115). Assim, para Neno Vasco

O Congresso não foi, de certo, uma vitória do anarquismo. Não o devia ser. A Internacional, desfeita por causa das lutas de partido no seu seio, deve ser memorável lição para todos. Se o Congresso tivesse tomado caráter libertário, teria feito obra de partido, não de classe. O nosso fim não é constituir duplicatas dos nossos grupos políticos. Mas se o Congresso se não foi, a vitória do anarquismo, foi, porém, indiretamente útil à difusão das nossas idéias. (Vasco, *A Terra Livre*, 1906, n. p.)

Tal posição, análoga a de Malatesta, encontrada posteriormente no Congresso Anarquista de Amsterdã em 1907, tinha como intenção agregar trabalhadores de ofícios, regiões e ideologias diversas, transformando os organismos de coordenação sindical especialmente para a luta econômica, e

por consequência, em um excelente espaço de propaganda ou mesmo possibilitando a infiltração, por meio de redes e articulações, dos anarquistas (Malatesta, 2008). Como vimos, esses anarquistas também acreditavam que o sindicato seria um dos ambientes, bem como uma das estratégias a ser seguidas pelos seus grupos libertários. Da mesma forma não negavam sua tendência ao reformismo, mas acreditavam, por essa mesma razão, sobre o prisma das estratégias organizacionistas, que era imprescindível o trabalho anarquista nesses, onde defendiam seu caráter pela luta material imediata, mas ao mesmo tempo tencionavam outras ideologias que também se infiltravam.

Consequentemente, militantes ligados ao sindicalismo revolucionário autossuficiente ou socialistas garantiam também seus interesses, em um planeamento, que aparentava possibilitar ganhos e vantagens para todos os lados que aderiam às posições revolucionárias em detrimento das intenções reformistas. Assim, a COB, tinha entre os objetivos principais

promover a união dos trabalhadores para a defesa de seus interesses morais, materiais, econômicos e profissionais; estreitar laços de solidariedade entre o proletariado organizado, dando maior força e coesão a seus esforços; estudar e propagar os meios de emancipação do proletariado e defender publicamente as reivindicações econômicas dos trabalhadores, através de todos os meios e especialmente através do jornal *A Voz do Trabalhador*; reunir e publicar dados estatísticos e informações exatas sobre o movimento operário e as condições de trabalho em todo o país. (Toledo, 2013, p. 14)

Assim, embora os anarquistas estivessem intimamente envolvidos com a construção do sindicalismo revolucionário na cidade, outros grupos pareciam revogar e instrumentalizar esse caráter e esse vetor para si. O jornal O Carpinteiro, em 1905, citando sobre a construção de ligas de resistência e sindicatos que lutavam pelas oito horas de trabalho, no caso brasileiro, publicou:

As organizações operárias, pelos métodos em que são baseadas, pelos fins que se estabelecem, devem necessariamente, indiscutivelmente, ficar autônomas. A Liga de Resistência é o resultado direto da luta de classe e seu valor está em relação com a sua força numérica [. . .]. De fato, elas não seriam abertas senão pelos socialistas, pois a adesão à Liga teria por consequência a adesão, mesmo indireta ao partido [. . .]. (O Carpinteiro, 1905, em Toledo, 2004, p. 284)

Evidentemente, os próprios anarquistas defenderiam que a construção do sindicalismo revolucionário seria uma conquista dos próprios trabalhadores e por isso deveriam construir grupos políticos libertários com programas prévios, para resguardar suas formas de atuação. Essa inclinação na cidade teve bastante dificuldade de ser efetivada, e só foi proposta a primeira vez em 1915 pela chamada Aliança Anarquista (Biondi, 1994), talvez exatamente pela íntima ligação que os anarquistas tinham com o movimento operário na cidade gastando a maioria de seus esforços nesse (Samis, 2009).

Os mesmos encaminhamentos, que englobavam diversos projetos, mas que revelavam a conseqüente presença dos anarquistas, se deram na constituição da primeira tentativa de construção da FOSP (Federação Operário de São Paulo) em

1905. Essas práticas possibilitaram a interpelação de eventos reivindicatórios, como as greves incitadas nas comemorações do primeiro de maio em 1907 (Romani, 1998, p. 153). Nesta data, a partir do dia quatro de maio, os metalúrgicos da companhia Lidgerwood ao protestar melhores condições e a jornada de oito horas, foram conectados por outras categorias como pedreiros, sapateiros, tecelões, gráficos, possibilitando considerável amplitude reivindicativa. Os anarquistas, sobre uma meta internacional, inflamavam sistematicamente as lutas pelo direito às oito horas de trabalhado. Esses, além de sua posição no interior da FOSP, ofereceram discussões e disseminaram notícias através de diversos jornais, entre eles o *Germinal*, *La Battaglia* e *O Amigo do Povo* (Lopreato, 1996, p. 12). Algumas categorias saíram vitoriosas, pelo menos durante algum tempo que vigorou os diretos requeridos. Não obstante, a repressão policial, como era comum sobre os grupos ativistas, caiu sobre a FOSP, dissolvendo o organismo e prendendo líderes e militantes em torno deste.

Mesmo diante dessas adversidades em construir laços e organismos mais sólidos, é interessante notar que a forte disseminação dos grupos anarquistas, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, tem evidentes paralelos com a própria construção do movimento operário nestas cidades, estes que também tinham correspondências com outros pontos da América do Sul e do continente europeu. A COB, por exemplo, utilizava a influência de projetos exteriores, como a CGT na França e a Confederação Geral do Trabalho na Itália (Toledo, 2013, p. 13), não obstante, sobre a língua de seu contexto e demandas particulares, criava outras performances e propostas específicas, que abriam discussões sobre o andamento do movimento operário em âmbito global, inclusive com conexões,

por exemplo, entre Argentina e Portugal, onde as estratégias do sindicalismo revolucionário também se faziam presentes (Romani, 1998, p. 153). Sobre esse último caso, Neno Vasco, nesse intuito, ao retornar para as regiões lusitanas a partir de 1911, encaminhava as perdas e ganhos do movimento em que participou no Brasil, afirmando que

agora, os fatos devem forçar a C.G.T a fazer-se, sem se tornar confessional ou sectária, seja animada pelo espírito de liberdade e autonomia e se inspire nos verdadeiros interesses gerais do proletariado. Se tal fizer, como é bem provável, terá em torno as organizações sindicalistas da Inglaterra, da Itália, da Espanha, de Portugal, da América do Norte e de toda a América do Sul, belo reservatório de energias futuras. (Vasco, A Lanterna, 1914)

No artigo do militante, escrito no final de 1914, a preocupação não se referia apenas à entrada de partidos no sindicato. O ativista também estava preocupado com os danos que Primeira Guerra Mundial trouxera às entidades sindicais como a CGT na França, dividindo e contrapondo os militantes através de suas respectivas nações de nascimento. Dessa forma, através de sua trajetória, Vasco incluía, como muito importante, a participação e a experiência dos organismos sindicais também das regiões do Atlântico Sul, em um espectro anti-imperialista e contrário aos conflitos nacionais, atitude que também refletia as fortes ligações transnacionais de continuidade organizativa, de forma prática.

Os debates internacionais, principalmente a partir do século XX, não ocorriam apenas de áreas centrais (industrializadas), do atlântico norte para as outras, como se a ideologia estivesse

pronta e repassada sem transformações para outras regiões. As próprias decisões e o andamento do anarquismo enquanto movimento internacional se deveram graças à atuação e discussão nos ambientes colonizados ou que os resquícios da escravidão e do imperialismo atuaram de maneira mais intensa (Schmidt; Walt, 2009). Os militantes tentavam tencionar a cultura política anarquista através dessas realidades e ao compor diferentes espaços, abriam discussões nos ambientes operários, anarquistas e socialistas de forma transnacional (Hirsch; Walt, 2010). Obviamente esse advento não foi harmônico, ao fazerem isso, muitas vezes, absorveram símbolos e práticas estanques de sua referência política principal, posições que também eram constantemente adaptadas ou revistas quando confrontadas com suas redes militantes, pela teoria que se reportavam e pelas limitações locais, como a recepção de seus discursos.

O anarquismo frente à repressão e o fortalecimento do aparelho estatal.

Além das tensões de suas estratégias, a dificuldade para a implementação de órgãos políticos anarquistas bem como o choque com outras culturas políticas, o verdadeiro entrave para o fortalecimento do anarquismo bem como dos próprios interesses de classe ou mesmo sindicais de forma geral, estava a grande repressão provinda do aparelho estatal descendente dos abusos do sistema escravista mas que foi reinterpretado ao novo sistema republicano, servindo também aos chefes industriais ou agrícolas nesse período. Desde a década de 1890

várias atitudes arbitrárias, já que não havia leis específicas para a presença de ativistas imigrantes, eram colocadas em práticas pelas autoridades no Brasil, deportando suspeitos de envolvimento com os ideais libertários, acreditando que esta era essencialmente uma ideologia estanque da realidade local e que a saída desses supostos indivíduos representaria o declínio imediato do movimento anarquista (Leal, 2002, pp. 94-106).

A partir de 1912 as leis para a permanência de estrangeiros no país se tornaram mais rígidas, bem como o aumento de tentativas de expulsão, resultando também em várias pressões de militantes internacionalistas, de outros países, ao tentarem denunciar os abusos da polícia no Brasil (Oliveira, 2009, p. 224). As constantes prisões e empastelamentos dos principais jornais anarquistas serão reforçados nos períodos de grandes manifestações, como de 1917. Outros grandes levantes populares, nem sempre ligados aos anarquistas diretamente, serão usados também para a prisão destes como no caso da “Revolta paulista de 1924”. Nesse evento, aproveitando a situação de alarde, as autoridades locais, de forma arbitrária, levaram vários ativistas assíduos da cidade de São Paulo para áreas de exílio e contenção na região norte do Brasil (Romani, 2009).

Considerações finais.

Embora largamente tratado na historiografia brasileira e evidentemente não sendo a única ideologia dentro dos movimentos trabalhistas e sindicalistas, o anarquismo ainda

representa um tema essencial para compreendermos a formação e os comportamentos da classe trabalhadora em diversos pontos da América Latina. Nesse sentido, o objeto em questão pode ser abordado à luz de novas vertentes historiográficas, atentos aos conflitos materiais e políticos inerentes a constituição da sociedade contemporânea.

Em diversas dessas regiões, onde aglutinaram os trabalhos industriais, agrícolas e comerciais, o movimento anarquista representou um incisivo contraponto às medidas arbitrárias do Estado, as fortes influências patriarcais e a efervescência de projetos ligados ao avanço do capitalismo industrial e de suas contradições. Os militantes libertários nunca deixaram de se envolver nas situações cotidianas e na vida material dos pares que os circulavam bem como na construção ou incentivo de vetores sociais e políticos para reclamar melhores condições.

Diferente de discursos que reverberavam desde a chegada dos anarquistas, mas presentes em diversas interpretações históricas sobre esses, uma análise minuciosa de suas estratégias e inserção nos movimentos trabalhistas e subalternos constatou que sua ideologia não era algo estanque da realidade brasileira. Como mostrado, o fluxo migratório desse período com certeza foi um dos poderosos elementos da disseminação do anarquismo, mas não garantiu seu sucesso e sua implementação nos anos iniciais da formação da classe trabalhadora em cidades como São Paulo. Nesse advento, não foram raras as vezes que os anarquistas construíram vetores sociais e políticos como o sindicalismo revolucionário para promover a união dos trabalhadores seja em forma regional ou de ofício e promover a melhoria de suas condições de vida, acreditando, mais tarde, alcançar a quebra com o sistema que

encaravam como desigual. A existência de inúmeras estratégias, as vezes divergentes, potencializou essa disseminação entre diferentes tipos de trabalhadores. Os antiorganizacionistas, por exemplo, tentaram introduzir seus ideais entre os trabalhadores agrícolas, estes que eram excluídos de outras culturas políticas no período. As diferentes performances dos ativistas libertários, do mesmo modo, abriram discussões em diversos ambientes operários e círculos anarquistas internacionais e ajudaram a consolidar o anarquismo sobre o espectro internacionalista, caráter que será reforçado nos conflitos mundiais posteriormente.

Porém, paradoxalmente, a heterogeneidade das táticas e o enfraquecimento de vetores políticos com programas anteriormente definidos talvez sejam umas das principais quedas do movimento anarquista na cidade de São Paulo e até no Brasil, em comparação com outras regiões como o Uruguai que conseguiu efetivar a FAU (Federação Anarquista Uruguaia) sobrevivendo a crise do sindicalismo mundial e os regimes ditatoriais nas décadas futuras (Rugai, 2012). No entanto, trabalhos ainda devem atentar ao caráter específico e arbitrário da repressão por parte do aparelho estatal brasileiro, eficaz em minar movimentos sociais e populares, questões que devem ser tratadas com maior cuidado em outra oportunidade.

Notas

1 Michael Hall y Paulo Sérgio Pinheiro mencionam uma grande greve no campo citada pelo jornal La Battaglia (Hall y

Pinheiro, 1985, pp. 98-99).

Referências

Biondi, Luigi. (1994). *La stampa anarchica in Brasile: 1904-1915*. (Tese de láurea). Departamento de História, Università di Studi di Roma “La Sapienza”, Roma.

Biondi, Luigi. (2004). *Travessias Revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890 – 1945)*. Campinas: Unicamp.

Biondi, Luigi. (2010). *Constructing Syndicalism and Anarchism Globally: The Transnational Making of the Syndicalist Movement in São Paulo, Brazil 1895-1935*. Em Steven Hirsch e Lucien Van Der Walt (Eds.), *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: The Praxis of National Liberation, Internationalism and Social Revolution* (pp. 363-394). Leiden: Brill.

Biondi, Luigi. (2013). *Para a união do proletariado: a Confederação Operária Brasileira, o sindicalismo e a defesa da autonomia dos trabalhadores no Brasil na Primeira República*. Em Edilene Toledo, *Perseu: história, memória e política* (Vol. 10, pp. 11-31). São Paulo: Editora Perseu Abramo.

Campos, Cristina Hebring. (1988). *O Sonhar Libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921*. São Paulo: Unicamp.

Carone, Edgar. (1972). A República Velha – Instituições e classes sociais. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

Cohen, Ilka. (2008). Diversificação e segmentação dos impressos. Em A. L. Martins y T.R. Luca, História da imprensa no Brasil (pp. 103-130). São Paulo: Contexto.

Godoy, Clayton (2013). Ação Direta: transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908).(Tese de doutorado). Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Hall, Michael y Pinheiro, Paulo (1985). Alargando a História da Classe Operária: Organização, Lutas e Controle. Coleção Remate de Males, 5, 96-120.

Hirsch, Steven y Van Der Walt, Lucien. (Eds.). (2010). Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: The Praxis of National Liberation, Internationalism and Social Revolution. Leiden: Brill.

Leal, Claudia. (1999). Anarquismo em verso e prosa: literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916). (Dissertação de mestrado). Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

Leal, Claudia. (2006). Pensiero e Dynamite: anarquismo e repressão em São Paulo nos anos de 1890. (Tese de doutorado). Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

Lopreato, Christina. (1996). O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917.(Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

Malatesta, Errico. (2000). Escritos revolucionários. São Paulo: Imaginário.

Mattos, Marcelo. (2009). Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. Revista Mundos do Trabalho, 1.

Oliveira, Antoniette. (2001). (Des) fazer-se, (Re) viver . . . a (des)continuidade das organizações anarquistas na Primeira República. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.

Oliveira, Tiago. (2009). Anarquismos, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936). (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

Romani, Carlo. (1998). Oreste Ristori: uma aventura anarquista. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

Romani, Carlo. (2009). A revolta de 1924 em São Paulo: uma história mal contada. Em C. Addor e R. Deminicis, História do anarquismo no Brasil (Vol. 2, pp. 51-68). Rio de Janeiro, Achiamé.

Rugai, Ricardo. Um partido anarquista: o anarquismo uruguaio e a trajetória da FAU. São Paulo: Ascaso.

Samis, Alexandre. (2009). *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX.* (Tese de doutorado). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

Savage, Mike. (2004). *Classe e História do Trabalho.* Em Claudio Batalha, Fernando Texeira Silva, e Alexandre Fortes, *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado* (pp. 25-48). Campinas: Unicamp.

Schmidt, Michael y Walt, Lucien. (2009). *Black Flame: The Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism.* Oakland: AK Press.

Siqueira, Uassyr. (2008). *Entre sindicatos, clubes e botequins: identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920).*(Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

Toledo, Edilene. (1994). *Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século.* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

Trento, Angêlo. (1988). *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil.* São Paulo: Nobel.

Vasco, Neno. (1984). *Concepção anarquista do sindicalismo.* São Paulo: Edições afrontamento.

Welch, Clifford. (2010). *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-*

1964. São Paulo: Expressão Popular.